



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial N.º 002/2018-Registro de Preços

PROCESSO: 132/2017

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios para o abastecimento das copas e cozinha da Câmara Municipal do Natal.

ÍNDICE

1. DO OBJETO.....	2
2. DA PARTICIPAÇÃO.....	2
3. DO CREDENCIAMENTO.....	3
4. DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO.....	4
5. DA PROPOSTA COMERCIAL.....	5
6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
6.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA.....	6
6.1.2. REGULARIDADE FISCAL.....	6
6.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	7
6.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	7
6.1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES E DOCUMENTOS.....	7
6.1.6. MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).....	7
7. DOS PROCEDIMENTOS NA SESSÃO E DO JULGAMENTO.....	7
7.1. Credenciamento:.....	8
7.2. Fase de Classificação:.....	8
7.3. Fase de Lances:.....	8
7.4. Exequibilidade de Preços.....	9
7.5. Negociação.....	9
7.6. Fase de Habilitação e Recurso.....	9
8. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	10
9. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	10
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E SUA ASSINATURA.....	11
11. DO TERMO DE CONTRATO E SUA ASSINATURA:.....	12
12. REAJUSTE.....	13
13. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	13
14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	13



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Licitação Exclusiva para ME e EPP

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2018 (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)
OBJETO: FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ABASTECIMENTO DAS COPAS E COZINHA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
DATA DA REALIZAÇÃO: 12 de março de 2018
HORÁRIO: a partir das 10h00
LOCAL: Av. Jundiá, 546 – Tirol – Natal/RN.

A **CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**, doravante denominado **CMN**, através de seu pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria nº **207/2017-MD**, torna público que será realizado processo licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS), do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que será regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº. 3.555 de 8 de agosto de 2000, Decreto nº 7.982 de 23 de janeiro de 2013, Decreto Municipal nº 11.005 de 29 de abril de 2016, Lei 123/2006 e suas alterações posteriores, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais Decretos e normas regulamentares aplicáveis à espécie. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão Presencial, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão Presencial será realizada na Av. Jundiá, 546 – Tirol – Natal/RN, iniciando-se no dia **12 de março de 2018**, às **10h00**. A sessão será conduzida por Pregoeiro com auxílio da Equipe de Apoio.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o registro de preço para o **fornecimento de gêneros alimentícios para o abastecimento das copas e cozinha da Câmara Municipal**, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste **Pregão** exclusivamente microempresas e empresas e pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital;

2.1.1. O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços,



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes “Proposta” ou “Documentação” relativas a este Pregão.

- 2.1.2. No caso do subitem 2.1.1, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço global.
- 2.1.3. A CMN **NÃO** se responsabilizará pelo extravio de Proposta ou Documentação que não for entregue pessoalmente, ou que seja entregue fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2. O Edital de Licitação poderá ser adquirido gratuitamente via e-mail, ou pessoalmente na sede da CMN, à Av. Jundiá, 546 – Tirol – Natal/RN, nos horários entre 08h00 e 14h00.

2.3. Não será exigida vistoria dos locais onde os serviços serão prestados, mas, havendo interesse, deverá ser solicitado agendamento, com antecedência mínima de 24 horas, pelo e-mail cpl@cmnat.rn.gov.br informando razão social, nome do representante com nº do RG, data e hora da visita.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Representante da Licitante interessado em oferecer lances verbais deverá proceder ao credenciamento no início da sessão;

- 3.1.1. A não apresentação ou incorreção de qualquer documento de credenciamento, bem assim o não comparecimento do licitante ou de seu representante legal à sessão, impossibilitará a participação de tal(is) licitante(s) na fase de lances, conforme subitem 2.1.1 deste Edital.
- 3.1.2. A proponente que deixar de participar da reunião de julgamento ou de ser devidamente representada na forma deste Edital, implica na sua concordância plena com todas as decisões tomadas pelo Pregoeiro no julgamento do presente certame.
- 3.1.3. As empresas que **não credenciarem representantes** ou que porventura apenas protocolarem a entrega de seus envelopes na CMN, obrigatoriamente, devem incluir no envelope a que se refere a proposta de preços, Declaração de Pleno Atendimento dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo do **ANEXO III**, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial em vigor, registrado na Junta Comercial, e incluir Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme modelo do **ANEXO IV**.

3.2. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- 3.2.1. **Tratando-se de Representante Legal:** o Ato Constitutivo da empresa (contrato social ou estatuto social) no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Quando o Representante Legal, por força do instrumento legal, não puder exercer a administração ou gerência individualmente, tornar-se-á obrigatória a



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

apresentação de Procuração de um sócio para outro, conforme o subitem 3.2.2 abaixo;

- 3.2.2. **Tratando-se de Procurador:** a procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida, conforme **ANEXO II – Modelo de Procuração de Credenciamento** da qual constem poderes específicos para formular lances, complementar proposta, negociar preço, interpor recursos ou ressalvas, renunciar à interposição de recursos, acordar, transigir, desistir, receber avisos e intimações, **assinar declarações** e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. A procuração deverá estar acompanhada do correspondente documento, indicado no subitem 3.2.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga;
- 3.2.3. Documento oficial de identificação, que contenha foto, do representante legal ou procurador;
- 3.2.4. Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, que deverá ser elaborada de acordo com modelo estabelecido no **ANEXO III – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento**;
- 3.2.5. Deverá ser apresentada também a declaração de que trata o **ANEXO IV – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**.

3.3. As Declarações deverão ser assinadas sempre pelo Representante Legal ou pelo Procurador Credenciado, desde que haja poderes outorgados na Procuração (ver Anexo II – Modelo de Procuração Credenciamento);

3.4. Todos os documentos deverão ser apresentados em cópias autenticadas por Tabelião de Notas, ou cópias simples acompanhadas do original;

3.5. Será admitido apenas 1 (um) representante para cada Licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada;

3.6. A ausência da credenciada na Sessão somente será permitida após autorização do Pregoeiro, sob pena de aplicação do disposto no subitem 2.1.1.

4. DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

4.1. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa o nome da proponente e os seguintes dizeres:

[Razão Social] – CNPJ _____
Envelope n.º 01 - “Propostas de Preço”
Câmara Municipal de Natal
Pregão Presencial n.º 002/2018
Data de abertura: 12/03/2018

[Razão Social] – CNPJ _____
Envelope n.º 02 - “Habilitação”
Câmara Municipal de Natal
Pregão Presencial n.º 002/2018



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

Data de abertura: 12/03/2018

4.2. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo Representante Legal ou pelo Procurador Credenciado.

4.3. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas, ou cópia comum acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio e são os constantes do Item 6 deste Edital. Em todos os casos os originais deverão ser apresentados quando solicitados.

4.4. Os documentos apresentados no Credenciamento (item 3.2 do Edital) servirão para a Habilitação (item 6.1.1 do Edital).

5. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1. A proposta comercial deverá ser por escrito, redigida facultativamente conforme o **ANEXO V - Modelo de Proposta Comercial**, devendo conter os seguintes elementos:

5.1.1. Razão Social, CNPJ, endereço completo com indicação de telefone e e-mail, e deverá ser assinada por Representante Legal ou Procurador devidamente estabelecido;

5.1.2. Número do Pregão Presencial;

5.1.3. Descrição sucinta do objeto da presente licitação, em conformidade com o **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**;

5.1.4. Valor unitário e total, conforme exemplificado no **ANEXO V – Modelo de Proposta Comercial**;

5.1.4.1. Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: instalação, equipamentos em comodato, manutenção preventiva e corretiva dos serviços e equipamentos, transportes, impostos e tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

5.1.5. Indicação expressa do responsável legal que terá a incumbência de assinar o Contrato, bem como qualificação, RG (com órgão expedidor) e CPF. Esta indicação ocorrerá sem prejuízo de eventuais comprovações de poderes.

5.1.6. Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias;

5.1.6.1. Na falta de indicação expressa do prazo de validade da proposta, este será considerado como de 60 (sessenta) dias.

5.1.7. Todas as demais condições e especificações de acordo com o Edital e Anexos.

5.2. Não serão admitidas cotações para quantidades inferiores à previsão contida neste Edital.

5.3. O percentual ofertado permanecerá fixo e irremovível.

5.4. A proposta em desacordo com o Edital será desclassificada.



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados, apresentados em cópias autenticadas em Tabelião de Notas ou cópias simples acompanhadas do original, os quais dizem respeito a:

6.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA

- 6.1.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 6.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
 - 6.1.1.2.1. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 6.1.1.3. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no subitem anterior;
- 6.1.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 6.1.1.5. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- 6.1.1.6. Os documentos relacionados nos subitens 6.1.1.1 a 6.1.1.4 acima não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no credenciamento do Pregão, conforme item 3.2.

6.1.2. REGULARIDADE FISCAL

- 6.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) – Situação Ativa;
- 6.1.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal relativo à localidade da Licitante, pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto do certame;
- 6.1.2.3. Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- 6.1.2.4. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e Municipal (Tributos Mobiliários e Imobiliários) da localidade da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto ou outra prova equivalente na forma da lei;
- 6.1.2.5. Certidão de regularidade de débito com o Sistema de Seguridade Social (CND);
- 6.1.2.6. Certificado de regularidade de situação com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

6.1.2.7. Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), Lei Nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

6.1.2.8. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa em virtude de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional – CTN.

6.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1.3.1. Certidão Negativa de pedido de falência ou concordata, ou de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à data da Sessão do Pregão.

6.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1.4.1. Apresentar, no mínimo, um atestado de qualificação técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter o licitante fornecido ou que venha fornecendo material/materiais compatível(is) em características, prazos e de fornecimento de pelo menos dez (10%) por cento do total do objeto do presente Edital.

6.1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES E DOCUMENTOS

6.1.5.1. Declaração, conforme **ANEXO VI - Modelo de Declaração de Compromisso e Idoneidade**, elaborada em ofício próprio e subscrita pelo Representante Legal da Licitante ou Procurador credenciado, desde que existam poderes outorgados na Procuração, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.1.5.2. As licitantes optantes pelo Simples Nacional, no ato da habilitação, deverão apresentar a comprovação da opção da empresa, sob pena de não ser levada em conta esta condição durante a execução contratual.

6.1.5.2.1. Não serão inabilitadas as licitantes que não cumprirem o item acima.

6.1.6. MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

6.1.6.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação arrolada no item 6.1.2, mesmo que apresentem alguma restrição.

6.1.6.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a Licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.1.6.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na perda do direito à contratação, sem prejuízo de demais sanções.

7. DOS PROCEDIMENTOS NA SESSÃO E DO JULGAMENTO



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

7.1. Credenciamento:

- 7.1.1. No horário e local, indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame;
- 7.1.2. Durante a análise dos documentos descritos no item 3.2, o Pregoeiro poderá consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Corregedoria Geral da União (CGU), através do endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>;
- 7.1.2.1. Consulta terá por finalidade a apuração quanto à eventual existência de Declaração de Inidoneidade e/ou proibição em contratar com a Administração Pública, relativa à licitante interessada em participar do certame;
- 7.1.2.2. A licitante que tiver sido declarada inidônea e/ou proibida de licitar com a Administração Pública ou que tiver sofrido sanções de Suspensão e/ou Impedimento por parte da CMN não participará do presente Certame.
- 7.1.3. Durante os respectivos credenciamentos, as Licitantes interessadas no objeto entregarão ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio, a Declaração de Pleno Atendimento e a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e, após o credenciamento, em envelopes separados, a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação;
- 7.1.4. Aberto o primeiro envelope, estará encerrado o Credenciamento.

7.2. Fase de Classificação:

- 7.2.1. A análise das propostas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- 7.2.1.1. Cujo objeto não atenda as especificações técnicas e demais características;
- 7.2.1.2. Que contenham ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais Licitantes.
- 7.2.2. Não haverá desclassificação por pequenos erros formais, quando não implicar na mudança do que se pretende adquirir nem no valor ofertado.

7.3. Fase de Lances:

- 7.3.1. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- 7.3.1.1. Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- 7.3.1.2. Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida no subitem anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três) preços;



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

- 7.3.1.3. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas no último preço empatado, independentemente do número de Licitantes, e será observado o Art. 3º, §2º. da Lei 8.666/93. Finalmente, na persistência do empate, será decidido, por meio de sorteio, a ordem de cada proposta na fase de lances;
- 7.3.1.4. A Licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 7.3.2. Para efeito de seleção será considerado o **valor unitário por item**;
- 7.3.3. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor;
- 7.3.4. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço;
- 7.3.5. A critério do pregoeiro, poderá ser estabelecido ou modificado, no início de cada rodada, um valor de redução mínima entre lances.
- 7.3.6. A etapa de lances será considerada encerrada quando os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, restando apenas o participante detentor do menor lance;
- 7.3.7. Encerrada a etapa de lances, as propostas selecionadas e não selecionadas serão classificadas em ordem crescente de valor, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- 7.4. Exequibilidade de Preços**
- 7.4.1. Nos casos em que o pregoeiro julgue necessário, poderá ser exigida apresentação de planilha de custos demonstrando a exequibilidade da proposta apresentada no certame.
- 7.5. Negociação**
- 7.5.1. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta melhor classificada com vistas à redução do preço;
- 7.5.2. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.5.3. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pela CMN, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 7.6. Fase de Habilitação e Recurso**
- 7.6.1. Encerrada a fase de classificação, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da proposta de melhor oferta;
- 7.6.2. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na Sessão Pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações;



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

- 7.6.3. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada;
- 7.6.4. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Em caso de indisponibilidade de verificação dos documentos apresentados, será realizada nova consulta antes da contratação, e assegurada vista aos autos após a verificação, a todos os interessados;
- 7.6.5. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a Licitante será habilitada e declarada provisoriamente vencedora do certame.
- 7.6.6. Se a Licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, retornando-se aos subitens 7.4.1 e seguintes, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.
- 7.6.7. Ao final da sessão, a Licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de razões, ficando as demais Licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 7.6.8. A ausência de manifestação imediata e motivada da Licitante importará na renúncia ao direito de recorrer, na adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à Licitante vencedora e o encaminhamento do processo à Autoridade Competente para a homologação;
- 7.6.9. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à Autoridade Competente;
- 7.6.10. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 7.6.11. Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto do certame à Licitante vencedora e homologará o procedimento;
- 7.6.12. Na hipótese de provimento do recurso, serão aproveitados os atos válidos;
- 7.6.13. As Licitantes deverão acompanhar no Diário Oficial do Município de Natal os resultados do certame.

8. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1. O objeto deste **Pregão** será adjudicado pelo **Pregoeiro**, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

8.2. O objeto deste **Pregão** será adjudicado às vencedoras dos respectivos Itens.

9. DO REGISTRO DE PREÇOS



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

9.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de bens, para contratações futuras da Administração Pública.

9.2. A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, descrição, fornecedores e Órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas (**ANEXO V**).

9.3. Órgão Gerenciador será a Câmara Municipal do Natal, responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como, pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.

9.4. Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa do procedimento licitatório para Registro de Preços, bem como integrante da futura Ata de Registro de Preços.

9.5. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não pode ser superior a 12 (doze) meses.

9.6. A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

9.7. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer Órgão da Administração Pública, independentemente da condição de Órgão Participante do presente certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, até o limite de 100% (cem por cento) do quantitativo inicialmente previsto, desde que devidamente comprovada à vantagem e o cumprimento das exigências da legislação vigente.

9.8. Para fazer uso da ata de registro de preços, os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, observando o Art. 10, Inciso XI do Decreto Municipal N.º 11.005/2016.

9.9. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

9.10. Homologado o resultado da licitação a CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os particulares para assinatura da Ata de Registro de Preços - ARP, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a qual se constitui em compromisso formal de prestação nas condições estabelecidas observados os requisitos de publicidade e economicidade.

9.11. A contratação junto ao fornecedor registrado, após informação emitida pela CMN, será formalizada, por intermédio de instrumento contratual.

9.12. A Ata de Registro de Preços – ARP poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, em sua atual redação.

9.13. Os preços registrados por força deste procedimento licitatório terão validade de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços - ARP, eficácia com a sua publicação no Diário Oficial do Município - DOM.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E SUA ASSINATURA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

10.1. Homologado o certame, a Vencedora será notificada, por qualquer meio hábil que permita comprovar o recebimento, aceitando-se inclusive os meios eletrônicos, tais como e-mail, dentre outros, visando a entrega da Proposta Comercial adequada ao lance vencedor, e a assinatura do vínculo jurídico (conforme **ANEXO IX – Minuta da Ata de Registro de Preço**) no prazo de até 3 (três) dias úteis contados do recebimento da notificação, sob pena de incidir na infração do artigo 81 da Lei nº 8.666/93. Após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de prestação dos serviços nas condições estabelecidas.

10.2. Quando a **licitante** convocada não comparecer para assinatura do vínculo jurídico no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra **licitante**, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

10.3. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer Órgão ou Entidade que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao “Órgão Gerenciador”, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/1993, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 11.005/2016, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços;

10.4. Os órgãos e Entidades que não participaram deste Sistema de Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata do Sistema de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao “Órgão Gerenciador”, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

11. DO TERMO DE CONTRATO E SUA ASSINATURA:

11.1. Encerrados os trabalhos deste Pregão e lavrada a respectiva Ata de Registro de Preço, o contrato poderá ser firmado entre a Câmara Municipal de Natal, através da Mesa Diretora e o detentor da referida ata, nos termos e condições deste Edital de acordo com a minuta que é parte integrante do presente instrumento (**ANEXO IX**).

11.1.1. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no Art. 62 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.2. O Contrato deverá ser firmado por representante legal do detentor da ata ou por procurador com poderes para tal, mediante comprovação através de contrato social ou instrumento equivalente e procuração, respectivamente, juntamente com cópia de cédula de identidade do signatário.

11.3. O detentor da ata convocado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, fax, e-mail ou telegrama, para assinar o contrato.

11.3.1. O prazo de assinatura do contrato estipulado neste item poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado e aceito pela Administração da CMN.

11.4. A recusa injustificada do detentor da ata em atender o disposto no item anterior caracterizará descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-o à multa prevista neste Edital, sem prejuízo das demais sanções legais.



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

11.4.1. Na ocorrência da hipótese prevista no item anterior aplicar-se-á o disposto da Lei 8.666/93 e alterações.

11.5. Nos termos do artigo 54, da Lei n.º 8.666/93, o instrumento de contrato rege-se pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12. REAJUSTE

12.1. O preço permanecerá fixo e irrevogável durante toda a vigência do instrumento contratual;

12.2. No caso de prorrogação contratual, os valores contratados poderão ser reajustados anualmente, mediante a aplicação do IGPM/FGV, podendo ser substituído por outro índice equivalente na extinção deste.

13. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser entregue no endereço físico informado no preâmbulo, ou a ser enviada para o endereço eletrônico cpl@cmnat.rn.gov.br, até as 14 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

13.2. O **Pregoeiro**, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

13.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.4. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao **Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço físico informado no preâmbulo, ou para o endereço eletrônico cpl@cmnat.rn.gov.br.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Se, por ocasião da formalização do Contrato, as certidões de regularidade de débito da Vencedora perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, a CMN verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

14.1.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Vencedora será notificada para, no prazo de 3 (três) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o item 10.1, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2. Quando a Vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 10.1 ou se recusar, injustificadamente, a assinar o Contrato, será convocada outra Licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação da seguinte sanção:



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

- 14.2.1. Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor anual estimado para a contratação, com possibilidade de cumulação com a suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 14.2.2. Por recusa injustificada entende-se tanto a negativa formal sem justificativa da Vencedora em proceder aos atos previstos por este Edital, como também a omissão em relação às convocações feitas pela Administração;
- 14.2.3. Para convocação de outra Licitante, será realizada nova sessão em prazo não inferior a 3 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso;
- 14.2.4. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Município do Natal, e as Licitantes poderão ser avisadas por e-mail;
- 14.2.5. Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições do subitem 7.4.1 em diante.
- 14.3.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as Licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação;
- 14.4.** Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar às Licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para uma nova sessão para apresentação de novas propostas escoimadas das causas que geraram a situação;
- 14.5.** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, facultada a assinatura às Licitantes presentes;
- 14.5.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas serão registradas na própria ata.
- 14.6.** Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, bem como todas as propostas, serão rubricados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, facultada rubrica às Licitantes presentes;
- 14.7.** Eventual contratação decorrente desta Licitação será divulgada no Diário Oficial do Município do Natal;
- 14.8.** Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais Licitantes ficarão à disposição para retirada após 60 (sessenta) dias corridos da celebração do certame, mediante solicitação escrita, na Av. Jundiáí, 546 – Tirol – Natal/RN, Comissão de Licitação. Após o prazo de 120 dias do certame, serão destruídos sem quaisquer formalidades;
- 14.9.** Em até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão;
- 14.9.1. A petição será dirigida ao Pregoeiro, que responderá em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento;
- 14.9.2. Havendo na petição a possibilidade de inovação, renovação ou correção do ato convocatório, o Pregoeiro encaminhará à Autoridade Competente, que decidirá até o prazo de 1 (um) dia útil antes da abertura da Sessão;



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

- 14.9.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;
- 14.9.4. Os questionamentos poderão ser formulados via e-mail, através do endereço eletrônico cpl@cmnat.rn.gov.br;
- 14.9.5. Os recursos serão formulados via Protocolo da CMN – Av. Jundiáí, 546 – Tirol – Natal/RN, das 8h00 às 14h00;
- 14.10.** As Licitantes devem acompanhar diariamente o Diário Oficial do Município do Natal para verificação de comunicados, erratas e demais informações;
- 14.11.** Para contagem de prazos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se prorrogado até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em dia sem expediente na CMN;
- 14.12.** Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro ou Autoridade Competente;
- 14.13.** Integram o presente Edital:
- 14.13.1. Anexo I – Termo de Referência;
 - 14.13.2. Anexo II – Modelo de Procuração de Credenciamento;
 - 14.13.3. Anexo III – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento;
 - 14.13.4. Anexo IV – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
 - 14.13.5. Anexo V – Modelo de Proposta Comercial;
 - 14.13.6. Anexo VI – Modelo de Declaração de Compromisso e Idoneidade;
 - 14.13.7. Anexo VII – Modelo de Declaração de Cumprimento do Disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República;
 - 14.13.8. Anexo VIII – Minuta Ata de Registro de Preço;
 - 14.13.9. Anexo IX – Minuta do Contrato.

Natal, 26 de fevereiro de 2018.

André Diogo de Oliveira Silva
Pregoeiro CMN



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ANEXO II
MODELO DE PROCURAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO N.º 002/2018 – CMN
(usar papel timbrado da empresa)

Local e data

Ao

Pregoeiro da Câmara Municipal do Natal
Natal/RN

Senhor Pregoeiro,

Pela presente, designamos o Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, para nos representar no processo licitatório relativo ao Pregão nº 002/2018 – CMN, podendo o mesmo formular lances verbais à proposta escrita apresentada, quando convocado, e, ainda, rubricar documentos, renunciar ao direito de recurso e apresentar impugnação a recursos, bem como, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, enfim praticar todos os atos inerentes à referida licitação.

Atenciosamente,

Carimbo/Assinatura do Declarante



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO

NOME DA EMPRESA PROPONENTE, seu endereço, identificação (individual ou social), aposição do carimbo (substituível pelo papel timbrado), contendo o número do Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) e o número da INSCRIÇÃO ESTADUAL e/ou INSCRIÇÃO MUNICIPAL.

Declaro, sob as penas da lei, para os fins do cumprimento do art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que a Empresa _____ (nome da empresa), cumpre plenamente os requisitos de habilitação, constante do subitem 6 do presente Edital de Pregão Presencial.

Natal, ____ de _____ de 2018.

NOME

Cargo do Representante da Empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ANEXO IV
PREGÃO PRESENCIAL Nº-002/2018

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENA PORTE**

1. A Empresa, CNPJ nº, com sede à rua..... – Bairro, na cidade de/....., através de seu Contador, Sr., portador do CRC nº, DECLARA, para fins do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com ciência das sanções administrativas e penais cabíveis, que, na presente data, para fins de participação no Processo de Licitação, modalidade Pregão Presencial Nº-002/2018, cujo objeto é o fornecimento de gêneros alimentícios para abastecimento das copas e cozinha da Câmara Municipal do Natal, enquadra-se como:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

Declara, ainda, que a Empresa está excluída das vedações constantes do § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Natal, ____ de _____ de 2018.

Nome e assinatura do Contador
CRC nº 00.000

NOME
Cargo do Representante da Empresa



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social:

CNPJ:

[Endereço completo com indicação de telefone e e-mail]

Pregão Presencial nº 002/2018

1. OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios para abastecimento das copas e cozinha da Câmara Municipal do Natal.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar refinado 1ª qualidade, cor branca, pacote com 1 kg, apresentar sobre forma de cristais, uniforme e ausente de odores estranhos. Deve conter, na embalagem, identificações do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	KG	5.500		
2	Leite em pó integral, solúvel, instantâneo. O produto deve apresentar, no rótulo, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve ter registro no Ministério da Agricultura e Selo de Inspeção Federal – SIF. Pacote 250g.	PCT	480		
3	Chá de Boldo (cx. Com 10 sachês)	CAIXA	100		
4	Chá de Camomila (Cx. Com 10 sachês)	CAIXA	100		
5	Chá de Erva-doce (Cx. Com 10 sachês)	CAIXA	100		
6	Chá de Hortelã (Cx. Com 10 sachês)	CAIXA	100		
7	Chá de Canela (cx. Com 10 sachês)	CAIXA	100		
8	Café torrado e moído, pacote com 250g – 100 por cento puro, 1ª moagem, embalado á vácuo, embalagem com dizeres de rotulagem, com informações de ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade, registro no MA e selo de pureza ABIC	PCT	8.000		
9	Adoçante líquido 75 ml tipo sucralose	FRASCO	20		
10	Cappuccino (pacotes de 500gr)	PCT	540		
11	Polpa congelada, Goiaba , 100 por cento natural. Pacote de 1 kg	KG	1.000		
12	Polpa congelada, Cajá , 100 por cento natural. Pacote de 1 kg	KG	800		
13	Polpa congelada, Uva , cem por cento natural. Pacote de 1 kg.	KG	850		
14	Polpa congelada, Abacaxi , cem por cento natural. Pacote de 1 kg.	KG	800		
15	Polpa congelada, Maracujá , cem por cento natural. Pacote de 1 kg.	KG	1.000		
TOTAL					

2. Critério de Seleção das Propostas Comerciais

- Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: equipamentos em comodato, manutenção preventiva e corretiva dos serviços e equipamentos, transportes, impostos e tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços objeto da presente licitação;
- Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias;



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

- Todas as demais condições e especificações de acordo com o Edital e Anexos.

Natal, ____ de _____ de 2018.

(Assinatura do Representante Legal ou procurador)

Favor informar: REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME: _____

QUALIFICAÇÃO (cargo): _____

RG: _____ CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO E IDONEIDADE

A ___[RAZÃO SOCIAL]___, inscrita no CNPJ/MF ___[Nº do CNPJ]___, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, DECLARA sob as penalidades da lei, para fins de participação no Pregão Presencial nº 002/2018 que:

- Os documentos que compõem o edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações;
- Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- Inexistem fatos impeditivos à sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Natal, ___ de _____ de 2018.

Nome: [Representante Legal]
[Nome / Cargo / Assinatura]



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ANEXO VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º,
XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA**

A
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
Atenção: Comissão Permanente de Licitação
Ref.: Pregão Presencial nº 002/2018

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de
Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA,**
sob as penas da Lei em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da
República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

....., de de 2018.

(Assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

ANEXO VIII
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018
PROCESSO Nº XXX/201X-CMN

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL, CNPJ Nº 08.456.899/0001-63, situada na Rua Jundiáí, 546, Tirol, Natal/RN, neste ato representada pelo Vereador o **XXXXXXXXXX**, XXXX, XXXXX, inscrito no CPF Nº XXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de *pregão*, na forma presencial, para o REGISTRO DE PREÇOS, nº ___/2018, publicada no de/...../200....., homologado pelo Sr. XXXXXXXXX, à fl. XX do processo administrativo nº XXX/201X-CMN, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, no Decreto nº 7.892/2013, e no Decreto Municipal nº 11.005/2016 todos com suas alterações posteriores, e das demais normas legais aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem como objeto o registro formal de preços relativos à contratação de empresa para o **FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ABASTECIMENTO DAS COPAS E COZINHA DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**, conforme detalhamentos constantes no Edital e anexos e, ainda, a documentação, as propostas de preços, os lances apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar e, os demais fornecedores que tiveram seus preços registrados para a formação de cadastro de reserva (§ 1º, do art. 11, do Decreto nº 7.892/2013), a fim de atender ao quantitativo total estimado para a contratação, observado o preço da proposta vencedora, visando contratações futuras.

1.2. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Este instrumento não obriga a CMN a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao fornecedor registrado a preferência, em igualdade de condições.

2. CLAUSULA SEGUNDA - DA RELAÇÃO DOS FORNECEDORES BENEFICIÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Em decorrência das propostas e lances apresentados e homologados no certame licitatório, ficam registrados, para contratações futuras, os preços unitários e respectivos fornecedores classificados, conforme Relação dos Fornecedores Beneficiários do Registro de Preços, abaixo:

A. PRIMEIRO COLOCADO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

Empresa **XXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ n.º **XXXXXXXX**, domiciliada na **XXXXXXXXXX**, neste ato representado pelo **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, **XXXXXX**, **XXXXXX**, inscrito no CPF/MF sob o n.º **XXXXXXXXXXXXX**.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar refinado 1ª qualidade, cor branca, pacote com 1 kg, apresentar sobre forma de cristais, uniforme e ausente de odores estranhos. Deve conter, na embalagem, identificações do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	KG	5.500		
2	Leite em pó integral, solúvel, instantâneo. O produto deve apresentar, no rótulo, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve ter registro no Ministério da Agricultura e Selo de Inspeção Federal – SIF. Pacote 250g.	PCT	480		
3	Chá de Boldo (cx. Com 10 sachês)	CAIXA	100		
4	Chá de Camomila (Cx. Com 10 sachês)	CAIXA	100		
5	Chá de Erva-doce (Cx. Com 10 sachês)	CAIXA	100		
6	Chá de Hortelã (Cx. Com 10 sachês)	CAIXA	100		
7	Chá de Canela (cx. Com 10 sachês)	CAIXA	100		
8	Café torrado e moído, pacote com 250g – 100 por cento puro, 1ª moagem, embalado á vácuo, embalagem com dizeres de rotulagem, com informações de ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade, registro no MA e selo de pureza ABIC	PCT	8.000		
9	Adoçante líquido 75 ml tipo sucralose	FRASCO	20		
10	Cappuccino (pacotes de 500gr)	PCT	540		
11	Polpa, congelada, Goiaba , 100 por cento natural. Pacote de 1 kg	KG	1.000		
12	Polpa congelada, Cajá , 100 por cento natural. Pacote de 1 kg	KG	800		
13	Polpa congelada, Uva , cem por cento natural. Pacote de 1 kg.	KG	850		
14	Polpa congelada, Abacaxi , cem por cento natural. Pacote de 1 kg.	KG	800		
15	Polpa congelada, Maracujá , cem por cento natural. Pacote de 1 kg.	KG	1.000		
TOTAL					

B. CADASTRO DE RESERVA

Empresa **XXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ n.º **XXXXXXXX**, domiciliada na **XXXXXXXXXX**, neste ato representado pelo **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, **XXXXXX**, **XXXXXX**, inscrito no CPF/MF sob o n.º **XXXXXXXXXXXXX**.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

N.º PROCESSO _____

FLS. N.º _____

ASS.: _____

2.2. PARÁGRAFO ÚNICO – Os fornecedores registrados para formação de cadastro de reserva só se beneficiarão deste Registro de Preços no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos art's. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013 (§ 1º, do art. 11, do Decreto nº 7.892/2013).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, com eficácia legal após a data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município do Natal, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a CMN.

5. CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

5.1. Os fornecedores detentores dos preços registrados deverão cumprir o compromisso firmado por intermédio do presente instrumento, nos termos dispostos no Decreto nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 11.005/2016 e no Edital de Pregão e seus anexos, e cumprir, integralmente, todas as cláusulas e condições constantes dos contratos ou instrumentos equivalentes porventura firmados, sob pena de revogação da presente Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das aplicações das penalidades cabíveis.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

6.2. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para cada fornecimento será assinado um Contrato ou instrumento equivalente entre o licitante que tenha firmado esta Ata de Registro de Preços e o titular do órgão ou entidade CONTRATANTE.

6.3. PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo para assinatura do Contrato ou retirada do instrumento equivalente, por parte do fornecedor registrado, será de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação feita pela CMN, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.4. PARÁGRAFO TERCEIRO - Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço unitário, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e que integra o presente instrumento de compromisso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

6.5. PARÁGRAFO QUARTO - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

7. CLÁUSULA SETIMA - DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas nos arts. 17 e 18 do Decreto nº 7.892/2013 e devidamente comprovadas as situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou decorrentes de redução dos preços praticados no mercado .

7.2. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por revogar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

7.3. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador definirá o novo preço máximo a ser pago pela Administração e convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado .

7.4. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços os valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.5. **PARÁGRAFO QUARTO** - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.6. **PARÁGRAFO QUINTO** - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.7. **PARÁGRAFO SEXTO** – Quando os fornecedores registrados não aceitarem manter o preço originariamente fixado na ata, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O Fornecedor Beneficiário terá seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

8.2. PARÁGRAFO PRIMEIRO - a pedido, quando:

- a) Comprovar está impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovado;
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade.

8.3. PARÁGRAFO SEGUNDO - por iniciativa da CMN, quando:

- a) O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado, sem aplicação de penalidade (§ 1º, do art. 18, Decreto nº 7.892/2013).
- b) O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, garantida a possibilidade da aplicação de penalidade;
- c) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- d) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- e) O fornecedor não assinar o Contrato ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela CMN, sem justificativa aceitável;
- f) Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- g) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- h) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993 ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 (art. 20, IV, do Decreto nº 7.892/2013).

8.4. PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo qualquer das hipóteses do Parágrafo Segundo, concluído o processo, a CMN fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará ao Fornecedor Beneficiário a nova ordem de registro.

8.5. PARÁGRAFO QUARTO - Esta Ata de Registro de Preço será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso do prazo de vigência;
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

9.2. **PARÁGRAFO ÚNICO** - É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013) .

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) Integram esta Ata o Edital de Pregão e seus anexos e as propostas das empresas.

10.2. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados por esta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 .

10.3. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os contratos decorrentes desta ata de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 .

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Para dirimir as questões oriundas desta Ata de Registro de Preços Fica eleito o foro da Comarca de Natal.

Natal, XX de XXXXX de 2017.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF Nº XXXXXXXX
PRESIDENTE DA CMN
CONTRATANTE

representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ANEXO IX
MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº _____ / 2018-CMN

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL, RIO GRANDE DO NORTE, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº _____, com sede na Rua Jundiá - Tirol, na Cidade de Natal/RN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado legalmente pelo Vereador XXXXXXXXXXXXX, Presidente da Mesa Diretora da CMN, brasileiro, portador (a) do RG de nº _____-SSP/____, e CPF nº _____, de um lado, e de outro, a empresa....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ do MF sob o nº....., com sede estabelecida na Rua....., de agora por diante chamada apenas CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.....,....., considerando haver a CONTRATADA sido proclamada vencedora da Licitação inaugurada pelo Edital de PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº ____/2014, devidamente homologado em _____, as partes contratantes celebrar o presente contrato, o qual será regulado pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, que mutuamente acordam e aceitam:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

1.1. Este Contrato decorre da Licitação objeto do Edital de PREGÃO PRESENCIAL (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS) nº. 002/2018, processada e julgada com fulcro na Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, aplicando-se-lhe, supletivamente as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, com sucessivas alterações, e Decreto Municipal nº _____, no que não contrarie as referidas, que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste Contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Contrato tem por objetivo a aquisição de material de consumo para abastecimento das copas e cozinha, para atender a CAMARA MUNICIPAL DE NATAL.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

3.1. O prazo contratual para o objeto ora licitado, deverá ser 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo de Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS QUANTIDADES.

4.1. O objeto contratado será fornecido recebimento da Ordem de Compra, de acordo com o quantitativo solicitado Departamento Administrativo e Financeiro da CMN.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

5. CLAUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 5.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas deste Edital e da Lei regente, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua execução.
- 5.2. O Fornecimento deverá ser realizado na forma e condições fixadas no presente instrumento, quando solicitado pelas DAF/CMN, ou para quaisquer outros órgãos/unidades que vierem a aderi-lo durante o período de sua vigência, não se olvidando o que for explicitado no preâmbulo deste Edital.
- 5.3. Durante o prazo de validade deste TERMO DE CONTRATO, vigorará a proposta de preços para o Sistema de Registro de Preços, apresentada na licitação pela licitante vencedora, que será parte integrante deste instrumento, período no qual a CONTRATADA estará obrigada a prestar o fornecimento à CONTRATANTE, sempre que por ela for exigido, na quantidade pretendida e dentro das especificações referidas na cláusula antecedente, o(s) produto(s) objeto do presente ajuste.

6. CLÁUSULA SEXTA -- DAS CONDIÇÕES E PRAZO DO FORNECIMENTO

- 6.1. As Ordens de Compra ou instrumentos equivalentes, de que trata a cláusula antecedente somente serão consideradas válidas para efeito de pagamento se previamente autorizadas pelo DAF/CMN, para todos os fins de direito, sendo desconsideradas quaisquer outras Ordens que não sejam determinadas pelas Autoridades competentes.
- 6.2. A CONTRATADA deverá fornecer o produto licitado, no prazo de IMEDIATO, a partir do recebimento da ordem de Fornecimento, devendo ser fornecido nos termos e condições estabelecidos no Termo de Referência, ANEXO I do Edital do Pregão Presencial N.º 002/2018.
- 6.3. Estando o Fornecimento em desacordo com as especificações e condições detalhadas no Edital e seus anexos, na Ata do Sistema de Registro de Preços ou com o disposto no presente Termo de Contrato a CONTRATADA deverá interromper o abastecimento no prazo de imediato da comunicação para assim proceder, sob pena de configuração da inexecução das obrigações assumidas no presente ajuste, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR e DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1. O valor global do presente contrato importa em R\$......(.....),
cuja valores unitários de cada itens constam na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar refinado 1ª qualidade, cor branca, pacote com 1 kg, apresentar sobre forma de cristais, uniforme e ausente de odores estranhos. Deve conter, na embalagem, identificações do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	KG	5.500		



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

2	Leite em pó integral, solúvel, instantâneo. O produto deve apresentar, no rótulo, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve ter registro no Ministério da Agricultura e Selo de Inspeção Federal – SIF. Pacote 250g.	PCT	480		
3	Chá de Boldo (cx. Com 10 sachês)	CAIXA	100		
4	Chá de Camomila (Cx. Com 10 sachês)	CAIXA	100		
5	Chá de Erva-doce (Cx. Com 10 sachês)	CAIXA	100		
6	Chá de Hortelã (Cx. Com 10 sachês)	CAIXA	100		
7	Chá de Canela (cx. Com 10 sachês)	CAIXA	100		
8	Café torrado e moído, pacote com 250g – 100 por cento puro, 1ª moagem, embalado á vácuo, embalagem com dizeres de rotulagem, com informações de ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade, registro no MA e selo de pureza ABIC	PCT	8.000		
9	Adoçante líquido 75 ml tipo sucralose	FRASCO	20		
10	Cappuccino (pacotes de 500gr)	PCT	540		
11	Polpa, congelada, Goiaba , 100 por cento natural. Pacote de 1 kg	KG	1.000		
12	Polpa congelada, Cajá , 100 por cento natural. Pacote de 1 kg	KG	800		
13	Polpa congelada, Uva , cem por cento natural. Pacote de 1 kg.	KG	850		
14	Polpa congelada, Abacaxi , cem por cento natural. Pacote de 1 kg.	KG	800		
15	Polpa congelada, Maracujá , cem por cento natural. Pacote de 1 kg.	KG	1.000		
TOTAL					

- 7.2. O pagamento será realizado após o fornecimento do objeto, na Tesouraria do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Natal, mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor (gestor do contrato) encarregado pela Fiscalização.
- 7.3. Os documentos exigidos para pagamento são:
- 7.3.1. Nota Fiscal com discriminação da quantidade dos Fornecimentos efetivamente executado.
- 7.3.2. Certidões exigidas por lei, que consta na Habilitação Fiscal e Trabalhista do Edital do Pregão – SRP N° 002/2018.
- 7.4. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.
- 7.5. É vedada a concessão de reajustes de preços, exceto para os casos previstos em lei, caso em que deverá ser utilizado o Índice INPC do IBGE, ou outro Índice Oficial do Governo que venha a substituí-lo á época em que a reajuste será concedido, para o objeto da presente contratação, cuja



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

periodicidade deverá ser contada a partir da data da apresentação da proposta.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA CESSÃO, DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO.

8.1. O presente Instrumento Contratual de Fornecimento não poderá ser cedido ou transferido total ou parcialmente a terceiros pela CONTRATADA, a qualquer título, sem expressa anuência da CMN.

9. CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

9.1.1. Unilateralmente pela MESA DIRETORA DA CAMARA MUNICIPAL DE NATAL, quando:

- a) Houver modificação da Planilha, das Especificações, para melhor adequação ao objeto contratual;
- b) Quando houver modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa do seu objeto.

9.1.2. Por acordo entre as partes:

- a) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantido o valor inicial do contrato;
- b) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, para a justa remuneração do Fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9.1.3. Qualquer alteração do presente Instrumento de Contrato será submetida à apreciação da Autoridade Superior que Ordena Despesas, que somente poderá ser formalizada através de termos aditivos ao contrato, observados os limites definidos na norma inscrita no Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, alterada.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

10.1. Os recursos para fazer face às despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de:

Atividade/Projeto: 01.031.001.2007 – Manutenção e Funcionamento da Câmara

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

11. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Natal/RN, quando o Fornecimento for destinado especialmente para este



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

fim, de modo que, a Diretora Administrativa, fará o controle do fornecimento, determinando o que se fizer necessário à regularização das faltas ou falhas detectadas.

- 11.2. Tudo que fugir à competência dos Gestores do contrato deverá ser comunicado, por escrito, à Diretoria Administrativa Financeira da CMN, que adotará medidas convenientes para solucionar tal problema. Devidamente ratificadas pelo Presidente da MD/CMN.

12. CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL.

- 12.1. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, a critério da CONTRATANTE, por acordo entre as partes ou, por razões de interesse público, devidamente pertinente e comprovado para justificar tal conduta.
- 12.2. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer de bom alvitre lembrar que constitui motivo para rescisão do contrato, a inobservância às determinações regulares emanadas do (a) Gestor (a) no desempenho das suas funções, assim como de seus superiores.

13. CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Em razão do inadimplemento das condições aqui estabelecidas, bem como da inexecução total ou parcial do fornecimento, incidirá à CONTRATADA sanções que se seguem:
- a) Advertência;
 - b) Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso, quando a contratada incorrer no atraso da prestação do Fornecimento do objeto do presente compromisso, com desrespeito aos prazos estabelecidos no termo referido na cláusula décima terceira;
 - c) Ocorrendo o atraso no fornecimento por duas ou mais vezes consecutivas ou alternadas, mesmo que em obrigações pertinentes a contratos acessórios de Fornecimentos diferentes, a multa a ser aplicada será de 1% do valor do contrato por dia de atraso.
 - d) Suspensão temporária de participar em licitação promovida no âmbito do Município de Natal/RN, e impedimento de com esta contratar, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, quando decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

- 13.2. A penalidade de advertência, prevista na cláusula antecedente, letra “a”, será aplicada pela administração do órgão recebedor do Fornecimento prestado, de ofício e mediante proposta do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato.
- 13.3. A aplicação das penalidades de suspensão temporária e declaração de idoneidade são de competência Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Natal/RN, concedida a defesa do compromissário prestar o Fornecimento no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias contados da abertura de vista.
- 13.4. A multa prevista na cláusula vigésima nona, letra “b” será aplicada pelo gestor do contrato e terá cabimento nas seguintes hipóteses:
- a) A inexecução total do compromisso sujeitará o compromissário fornecedor à multa de 20% (vinte por cento) do valor total do compromisso;
 - b) O Fornecimento executado parcialmente sujeitará o adjudicatário à multa de 10% (dez por cento) do valor total do compromisso de Fornecimento.
 - c) O Fornecimento do objeto em níveis de qualidade ou quantidade inferior ao devido sujeitará o CONTRATADO à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total estimado para o presente Fornecimento, por dia de atraso no cumprimento do estabelecido.
- 13.5. Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado ao particular o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a eles iminentes.
- 13.6. As multas são independentes, sendo que a aplicação de uma não exclui das demais, bem como não eximem o compromissário executor da plena execução dos Fornecimentos solicitados.
- 13.7. As ocorrências relacionadas com a execução do contrato serão anotadas pelo representante da Administração (gestor), nos moldes do art. 67, § 1.º da Lei 8.666/93.
- 13.8. Será garantido ao CONTRATADO o direito de apresentação de prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nas hipóteses em que se tiver por cabível a aplicação das penalidades previstas neste compromisso.
- 13.9. O valor das multas aplicadas será sempre será deduzido do pagamento do mês de referência do Fornecimento, a que fizer jus ao CONTRATADO, se não houver recursos ou se o mesmo estiver denegado.
- 13.10. Em não havendo pagamento a ser realizado, o valor das multas será cobrado diretamente do CONTRATADO que deverá pagá-las no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da notificação.



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Comissão Permanente de Licitação
Palácio Frei Miguelinho

13.11. Serão aplicadas as penalidades previstas nas hipóteses inscritas nos incisos I a XVIII e parágrafo único do art. 78 da Lei 8.666/93, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA- DO FORO

- 14.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, como também aquelas que não possam ser resolvidas no âmbito administrativo, as partes elegem o foro da comarca de Natal/RN.
- 14.2. E para que produza seus legítimos e legais efeitos às partes acordam e ajustam o presente Termo de Contrato, que será assinado pelas partes contratantes em quatro vias de igual teor e forma, da presença de duas testemunhas abaixo arroladas.
- 14.3. Por estarem assim justas e contratadas, lavram o presente instrumento, em três vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas, com o afã de produzir seus efeitos legais.

Natal/RN, XX de XXXXXXXX de 2018.

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME _____ RG: _____
NOME _____ RG: _____